



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003089-72.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar**
 Requerente: **Sandra Cristina Tochio**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, proposta por **SANDRA CRISTINA TOCHIO** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que padece de osteoartrose avançada, secundária a necrose vascular da cabeça femoral bilateral (coxartrose secundária – CID M16.7) e que, em virtude da doença, ininterruptamente, sente fortes dores e limitações de locomoção, razão pela qual lhe foi prescrita a colocação de uma prótese total de quadril bilateral com superfície de contato em cerâmica-cerâmica, não cimentada. Informa que, por determinação judicial (Proc. 1008328-62.2014.8.26.0566), foi realizado o primeiro procedimento cirúrgico para implantação da prótese no quadril direito, sendo informado pelo médico que lhe assiste que a cirurgia no quadril esquerdo seria realizada assim que liberassem o material cirúrgico, contudo, até a presente data, referido material não foi disponibilizado. Informa, ainda, que aludido processo foi extinto sem resolução de mérito, o que impossibilitou o cumprimento de sentença.

Foi deferida a tutela provisória de urgência (fls. 131/132). A Fazenda do Estado de São Paulo interpôs agravo de instrumento (fls. 182), tendo sido concedida *"parcialmente a suspensividade, apenas no que tange ao sequestro de verbas pública e a dilação do prazo para noventa dias para fornecimento do material necessário ao caso, mantido no mais o despacho agravado, sob pena de desobediência"* (FLS. 184/185).

Contestação da Fazenda do Estado às fls. 146/155. Relata que a aquisição do material auxiliar de locomoção é padronizada e é feita pela Secretaria de Estado de Saúde por meio da CRS – Coordenadoria de Regiões de Saúde e do GTAE – Grupo Técnico de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ações Estratégicas, sendo que os municípios avaliam seus pacientes e fazem a indicação de órtese, prótese e material auxiliar de locomoção de acordo com a necessidade do paciente, encaminhando o pedido para a Direção Regional de Saúde local para cadastramento no sistema de informática (Cadastro único). Aduz que a prótese pleiteada é importada, sem especificidade técnica e sem comprovação de registro na ANVISA, não havendo comprovação científica de que ela seja superior às próteses disponibilizadas pelo SUS. Afirma que o deferimento do pedido importaria em violação do princípio da universalidade do atendimento, bem como afronta o princípio constitucional da igualdade, sendo que o direito à saúde refere-se à efetivação de políticas públicas que alcancem a população como um todo, assegurando-lhe acesso universal e igualitário e não em situações individualizadas. Pugnou pela realização da prova pericial e requereu a improcedência do pedido.

O Município de São Carlos apresentou contestação à fls. 188/200. Afirma que o SUS disponibiliza material padronizado de valor bem inferior ao da prótese de cerâmica. Aduz, também, que o fornecimento de próteses é de competência da Secretaria de Estado de Saúde, Departamento Regional de Saúde III, na cidade de Araraquara-SP, a ele cabendo apenas acompanhar os processos de concessão, não recebendo recursos financeiros dos Governos Federais e Estaduais para atender às solicitações e realizar procedimentos de aquisição. Pugnou pela realização da prova pericial. Requereu, por fim, a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 203/213.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Diante das provas existentes nos autos, desnecessária a realização de perícia, mesmo porque a jurisprudência predominante no Tribunal de Justiça é no sentido de aceitar prescrição médica, na medida em que é o profissional que responde pela escolha feita.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Confira-se:

"APELAÇÃO AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Fornecimento de medicamentos/tratamentos. Direito à saúde Art. 196 da Constituição Federal. Responsabilidade solidária de todos os entes federativos. Prescrição médica suficiente para comprovar a necessidade e eficácia dos medicamentos em questão. Sentença mantida. Reexame necessário e recursos voluntários impróvidos" (Apelação / Reexame Necessário nº 1010719-25.2014.8.26.0037, 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de São Paulo, datada de 19 de maio de 2015 – Relator: MAURÍCIO FIORITO).

Outro não é o entendimento do C. STJ:

“O receituário médico, firmado seja por médico particular, seja por médico do serviço público, é documento hábil a comprovar a necessidade do medicamento. Adotar o entendimento do Poder Público, que pretende discutir a prescrição feita, seria adentrar ao campo próprio do médico responsável pelo tratamento do paciente. A não ser quando evidente o erro contido no relatório/receita, ou seja, quando teratológica a prescrição, descabe ao administrador, bem como ao Judiciário, questionar se esse ou aquele medicamento seria o mais adequado” (v. decisão monocrática proferida pelo Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES no Agravo de Instrumento nº 1.114.613/MG, DJ de 08.05.2009).

No mais, como não há informação sobre o fornecimento da prótese, passo a julgar o mérito.

O pedido merece acolhimento, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não podem servir de escusa para o não fornecimento de medicamentos, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Assim, é inescusável o dever do Estado em garantir o acesso igualitário a toda e qualquer pessoa residente e domiciliada em território nacional à saúde.

A prerrogativa é assegurada à generalidade das pessoas, conforme garantido pelo artigo 196 da CF, sendo este o entendimento majoritário da jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, independentemente da condição financeira.

Além disso, restou comprovado que a autora não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 13/16), sendo que foi o próprio médico do Município quem lhe prescreveu a prótese descrita na inicial (fls. 127/130).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, ficando mantida a tutela antecipada.

Em razão da sucumbência, considerando o disposto no § 2º do artigo 85 do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Novo Código de Processo Civil, bem como o fato de não se tratar de causa de grande complexidade, pois envolve fornecimento de itens relacionados à saúde, cuja tramitação processual é célere, condeno os requerido a arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 1.000,00 (metade para cada um), sendo isentos de custas na forma da lei.

P.I.C.

São Carlos, 27 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**